

RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

2024



DADOS CADASTRAIS

Informações do Consórcio

Nome: Consórcio Público do Agreste Central Sergipano

Nome Fantasia: CPAC Sergipano

Endereço: Praça da bandeira, nº 109, Centro, Ribeirópolis – Sergipe,

CEP: 49.530-000

CNPJ: 15.314.802/0001-43

E-mails: superintendencia@consorcioagreste.se.gov.br

presidencia@consorcioagreste.se.gov.br

Presidente: FLORIVALDO JOSÉ VIEIRA



1 - DESCRIÇÃO DO ÓRGÃO ANALISADO

O Consórcio Público de Resíduos Sólidos e Saneamento Básico do Agreste Central Sergipano (CPAC), é pessoa jurídica, do tipo associação pública, com natureza de Autarquia Intermunicipal que integra a administração indireta de cada um dos entes federativos consorciados. Formalizado em razão da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/2010), conforme Plano de Regionalização formulado pelo Estado de Sergipe.

É regido pelo disposto na Lei 11.107/2005 (Lei dos Consórcios), regulamentada pelo Decreto 6.017/2007, Lei 11.445/2007 e na Lei 12.305/2010 (PNRS), Protocolo de Intenções, Estatuto, Atos e Normas.

Composto por 18 municípios: Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Cumbe, Frei Paulo, Macambira, Malhador, Moita Bonita, N. Sra. Aparecida, N. Sra. Das Dores, Pedra Mole, Pinhão, Riachuelo, Ribeirópolis, Santa Rosa de Lima, São Domingos, São Miguel do Aleixo e Siriri.

2 - APRESENTAÇÃO

O objetivo deste relatório é apresentar uma visão geral do sistema de controle interno do Consórcio Público CPAC no ano fiscal de 2024. O sistema de controle interno visa garantir que as operações do Consórcio Público sejam realizadas de forma eficaz, eficiente e com responsabilidade fiscal. O relatório discute os principais componentes do sistema de controle interno, bem como as atividades de avaliação e monitoramento realizadas para garantir sua efetividade. Também são apresentadas as principais constatações e recomendações com base na avaliação do sistema de controle interno.

Contábil Financeiro;

Recursos Humanos;

Controle Patrimonial;

Licitações e Contratos;

Cumprimento de metas;

Analisaremos, dentre outros aspectos, se as Contas Anuais apresentadas estão em conformidade com o normativo vigente, em especial a Lei nº 4.320/64, a LC 101/2000, e suas alterações subsequentes, respectivas normas técnicas e

procedimentos contábeis constantes na Instrução nº. 206/2001, de 01/11/2001, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

3 - OBJETIVO DO RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

O RCI orienta e especifica os procedimentos e metodologias de trabalho a serem observados. Tem a finalidade de avaliar o cumprimento das unidades executoras quanto ao seguimento dos procedimentos administrativos e/ou das normatizações já implementadas na Administração, baseadas nos princípios administrativos, bem como, recomendar e sugerir ações corretivas para problemas detectados dando ciência aos auditados da importância em submeterem-se às normas vigentes.

Considerando o grande quantitativo e alta demanda de atividades, a metodologia adotada será por amostragem, onde será utilizada matriz de risco dos pontos mais complexos e vulneráveis.

Destaca-se, ainda, que as atividades das auditorias não têm enfoque de mera conferência e identificação de irregularidades, mas em constatar os riscos previstos, minimizá-los e, se possível, mitigá-los. Por isso a importância de práticas de gestão voltadas à análise de riscos.

A Prestação de Contas em exame está constituída dos demonstrativos: Relatório de Atividades Realizadas, Receita e Despesa segundo Categoria Econômica, Natureza da Despesa - Consolidação, Receita Orçada X Arrecadada, Despesa Autorizada X Realizada, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstrativo das Variações Patrimoniais, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Dívida Flutuante, Relação de Bens, Demonstrativo Restos a Pagar Sintético, Demonstração Conta Banco, Extrato Conta Corrente, entre outras.

4 - COMPETÊNCIAS DO SETOR DE CONTROLE INTERNO

A Setor de Controle Interno tem por competência desempenhar o controle interno da Administração Pública Indireta, exercendo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, visando à salvaguarda dos bens; verificar a exatidão e regularidade das contas e a boa execução do orçamento; realizar o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres apoiar o órgão de controle externo no desempenho de sua missão institucional; consolidar os planos de trabalho para a

realização de auditorias internas; verificar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal, conforme previsão da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como zelar pelo seu cumprimento no âmbito da Administração Pública Indireta; executar outras atividades correlatas ou do âmbito de sua competência, e as que lhe forem regularmente conferidas ou determinadas.

5 - RESULTADO DA ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 - Receitas e Transferências

Ao analisar os Demonstrativos que tratam da Despesa e Receita todos encontram-se em conformidade com os valores apresentados e os que já foram gerados pelo SAGRES.

Em 2024 O Consórcio Público CPAC arrecadou o montante de R\$ 5.235.596,82, sendo que R\$ 5.230.006,75 foi referente às transferências financeiras dos entes consorciados, recebeu a menor que o previsto em R\$ -1.265.903,18.

5.2 - Despesas

A despesa executada no exercício de 2024, correspondente ao montante empenhado, totalizou R\$ 5.756.568,73, conforme demonstrado no *Demonstrativo da Despesa*. Observou-se que, ao longo do exercício, a dotação orçamentária prevista inicialmente foi mantida, não havendo alterações no valor total autorizado.

A seguir, detalham-se os principais números da execução orçamentária:

Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
R\$ 6.501.500,00	R\$ 6.501.500,00	R\$ 5.756.568,73	R\$ 5.383.293,88	R\$ 4.864.304,78

Essa sobra orçamentária, correspondente à diferença entre a dotação atualizada e o total empenhado, representa um índice de utilização de aproximadamente 88,55% do orçamento autorizado, indicando um grau moderado de execução orçamentária. A existência de saldo não empenhado sugere uma possível contenção de despesas ou inexecução de algumas ações previstas inicialmente.

Além disso, verifica-se que nem toda a despesa empenhada foi liquidada ou paga, resultando em obrigações pendentes ao final do exercício e contribuindo para a composição dos Restos a Pagar, conforme abordado na seção anterior deste relatório.

6 - RESTOS A PAGAR

Restos a Pagar são obrigações financeiras decorrentes de despesas empenhadas e não pagas até o encerramento do exercício financeiro.

Classificam-se em:

- **Restos a Pagar Não Processados:** despesas empenhadas cuja liquidação ainda não foi realizada.
- **Restos a Pagar Processados:** despesas empenhadas e liquidadas, pendentes apenas de pagamento.

Dados Analíticos

6.1. Restos a Pagar Não Processados

- Saldo Anterior: R\$ 376.232,82
- Inscrição no Exercício: R\$ 373.274,85
- Pagamentos: R\$ 0,00
- Baixas: R\$ 0,00
- Transferências: R\$ 0,00
- **Saldo Atual:** R\$ 376.232,82

6.2. Restos a Pagar Processados

- Saldo Anterior: R\$ 519.056,60
- Inscrição no Exercício: R\$ 518.989,10
- Pagamentos: R\$ 204.451,28
- Baixas: R\$ 0,00

- Transferências: R\$ 0,00
- **Saldo Atual:** R\$ 519.056,60

Totais Consolidados dos Restos a Pagar

- Saldo Anterior Total: R\$ 895.289,42
- Inscrição Total no Exercício: R\$ 892.263,95
- Pagamentos Totais: R\$ 204.451,28
- **Saldo Atual Total:** R\$ 895.289,420

O saldo no final do exercício financeiro de 2024 no total dos Restos a Pagar é de R\$895.289,42.

A análise detalhada aponta para um volume considerável de Restos a Pagar, concentrando-se principalmente em valores já processados. A não quitação dos RP Não Processados, juntamente com a estabilidade do saldo total, sugere que a gestão deve monitorar de perto o fluxo financeiro e o planejamento para a efetivação dos pagamentos.

Recomendações

1. **Revisão das Obrigações:** Analisar os Restos a Pagar individualmente, apurando as causas da permanência dos saldos e a eventual necessidade de cancelamento ou reprogramação.
2. **Integração ao Planejamento Orçamentário:** Garantir a previsão de recursos no exercício seguinte para a quitação dos RP, especialmente os processados, que representam obrigações líquidas.
3. **Fortalecimento de Controles Internos:** Adotar medidas de controle preventivo que limitem a formação de novos RP sem lastro financeiro.
4. **Gestão Ativa dos Pagamentos:** Estabelecer critérios objetivos para priorizar os pagamentos, considerando a essencialidade das despesas e o impacto em serviços públicos.

7 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Ao final do exercício de 2024, o Consórcio Público do Agreste Central (CPAC) registrou uma **disponibilidade financeira de R\$227.948,70**. Este montante é inferior ao saldo total de Restos a Pagar inscritos (R\$895.289,42), evidenciando um **descompasso entre as obrigações financeiras pendentes e os recursos disponíveis**.

Essa diferença implica a necessidade de planejamento financeiro no exercício seguinte, de forma a garantir a quitação gradual dos compromissos assumidos, principalmente os Restos a Pagar Processados, que representam despesas já liquidadas.

8 - GESTÃO PATRIMONIAL

Conforme dispõe a Lei nº 4.320/64, o **Balço Patrimonial** é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial e financeira da entidade ao final do exercício.

8.1. Ativo

Em 2024, o Ativo Total do CPAC atingiu o montante de **R\$2.336.274,31**, representando um crescimento expressivo em relação ao exercício anterior (R\$1.245.467,16). Esse crescimento foi impulsionado principalmente por:

- **Aumento do Ativo Circulante**, com destaque para o saldo de **Caixa**, que passou de R\$20.171,01 em 2023 para R\$227.948,70 em 2024, refletindo maior disponibilidade financeira ao final do exercício.
- **Expansão do Ativo Não Circulante**, com crescimento no saldo de **Bens Móveis**, que mais que dobrou, passando de R\$542.651,88 para R\$1.426.839,68, sugerindo investimentos em infraestrutura, equipamentos ou veículos.

Categoria do Ativo	2024	2023
Ativo Circulante	R\$ 227.948,70	R\$ 20.171,01
Ativo Não Circulante	R\$ 2.108.325,61	R\$ 1.224.137,81
- Bens Móveis	R\$ 1.426.839,68	R\$ 542.651,88

- Bens Imóveis	R\$ 681.485,93	R\$ 681.485,93
Total do Ativo	R\$ 2.336.274,31	R\$ 1.245.467,16

8.2. Passivo e Patrimônio Líquido

Do lado do passivo, também se observa um aumento relevante:

- O **Passivo Circulante** cresceu de R\$207.842,64 para **R\$559.017,19**, Com certeza! Aqui está a tabela criada com os dados fornecidos do Ativo do refletindo, entre outros fatores, o volume de Restos a Pagar ainda não quitados.
- O **Patrimônio Líquido e Passivo Não Circulante** totalizou R\$1.777.257,12, ante R\$1.037.624,52 em 2023, evidenciando o fortalecimento do patrimônio da entidade.

Categoria do Passivo e PL	2024	2023
Passivo Circulante	R\$ 559.017,19	R\$ 207.842,64
Ativo Não Circulante e Patrimônio Líquido	R\$ 1.777.257,12	R\$ 1.037.624,52
Total do Passivo e PL	R\$ 2.336.274,31	R\$ 1.245.467,16

O aumento no Ativo Circulante, principalmente no saldo de caixa, reflete uma gestão com maior retenção de recursos líquidos, o que contribui positivamente para a cobertura das obrigações de curto prazo. No entanto, esse ganho de liquidez deve ser analisado à luz do crescimento proporcional do Passivo Circulante, o que reforça a importância de planejamento financeiro e controle rigoroso dos compromissos assumidos.

9 - ALMOXARIFADO

- ❖ O saldo quantitativo inicial era de 136.000 unidades de diversos materiais de consumo.

- ❖ O valor total inicial dos materiais era de R\$1.158,35.
- ❖ Foram registradas 2.514.000 unidades de entradas, totalizando R\$54.405,09.
- ❖ Houve 2.650.000 unidades de saídas, com um valor total de R\$55.563,44.
- ❖ O saldo quantitativo final foi de 0 unidades, indicando que todos os materiais em estoque foram consumidos ou distribuídos.
- ❖ O valor total final do inventário é de R\$ 0,00.

O inventário do almoxarifado do CPAC para o ano de 2024 demonstra uma gestão ativa dos materiais de consumo, com entradas e saídas que refletem as atividades e necessidades do Consórcio ao longo do ano. O saldo final zerado para a maioria dos itens pode indicar uma política de estoque eficiente ou uma reposição sob demanda.

10 - PATRIMÔNIO

Em 2024, o CPAC (Consórcio Público do Agreste Central) adquiriu R\$ 884.187,8 em Bens Móveis. Estes valores foram devidamente registrados no relatório de bens, em conformidade com os procedimentos internos. O inventário, referente ao período de 01/01/2024 a 31/12/2024, inclui desde equipamentos de escritório até maquinário pesado, distribuídos entre a sede do CPAC e dois centros de triagem de materiais recicláveis.

11 - DESPESA COM PESSOAL

Durante o exercício de 2024, o CPAC realizou o pagamento de R\$855.851,64 referente a **Pessoal e Encargos Sociais**, o que representa **14,8% da receita total** arrecadada no período. Desse total, R\$142.411,59 foram destinados especificamente a **Encargos Patronais**, evidenciando o cumprimento das obrigações previdenciárias e trabalhistas por parte da entidade.

A proporção da despesa com pessoal em relação à receita evidencia um comprometimento moderado da capacidade financeira, dentro de patamares considerados adequados para a gestão fiscal responsável, conforme os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A manutenção de níveis equilibrados nesse tipo de despesa é essencial para preservar a sustentabilidade orçamentária e garantir margem para investimentos e outras despesas de custeio.

12 - DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELA CONTROLADORIA

O Controle Interno desenvolveu os trabalhos de forma diária, com dedicação, conciliando as atividades de controladoria com a de auditoria conjuntamente, sendo que todos os procedimentos adotados foram no sentido de orientação aos servidores sobre as normas e maneiras corretas de realização do serviço público e posterior verificação, através de rotinas de auditoria, da forma como estavam sendo desenvolvidos os trabalhos. Em alerta aos responsáveis pelos órgãos e/ou secretarias, dentre outros setores nos quais foram julgados necessários a expandir as informações. De toda verificação realizada pelo Controle Interno foram emitidos documentos (ofícios ou até pareceres), as recomendações visaram sanar as irregularidades ou deficiências administrativas detectadas.

13 - AUDITORIAS REALIZADAS

No exercício não foram encontrados registros de auditorias.

14 - CONCLUSÃO

No decurso do exercício de 2024, esta unidade de controle interno, por meio de trabalhos e recomendações técnicas, fomentou e orientou as atividades em consonância com os princípios do Art. 37 da Constituição Federal. Emissão de pronunciamento do Gestor, mediante relatório, visa auxiliar este Tribunal de Contas.

Constatou-se que as despesas superaram a receita arrecadada, resultando em déficit financeiro. Recomenda-se ao gestor implementar gerenciamento rigoroso das despesas, elaborando fluxo de caixa detalhado por Fonte de Recurso.

Apesar da regularidade geral das contas, o déficit apresentado no Balanço Orçamentário merece atenção. O Controle Interno identificou que:

- A gestão apresentou justificativas para a não realização das receitas, relacionadas a fatores econômicos e outros elementos externos que impactaram a arrecadação.
- A gestão implementou medidas de contingenciamento de despesas para mitigar os efeitos do déficit, buscando o equilíbrio financeiro.

- Não foram identificadas irregularidades na aplicação dos recursos ou desvios que compromettesse a regularidade das contas.

O déficit financeiro constatado em 2024 representa um desafio para a gestão do CPAC, mas também uma oportunidade de aprimorar os processos de planejamento e execução orçamentária e financeira. Com a adoção das medidas mitigadoras propostas, aliadas a um acompanhamento rigoroso e transparente da situação financeira, o Consórcio poderá superar essa dificuldade e garantir a sustentabilidade de suas atividades.

Ribeirópolis – SE, 30 de abril de 2025



CPAC
CONSÓRCIO PÚBLICO
DO AGRESTE CENTRAL **SERGIPE**

FERNANDA OLIVEIRA GÓIS LIMA
Controladora Interna